

BB privilegia empréstimo a servidores do Senado

HUGO MARQUES

Os clientes que procuram a agência do Banco do Brasil no Senado Federal têm tratamento diferenciado, caso queiram fazer um empréstimo. O banco realiza operações com juros menores para os servidores, mas com taxas maiores para quem não é servidor. Esta situação foi criada depois que a Primeira Secretaria do Senado fechou um "convênio" com o BB, abrindo linha de crédito "especial" que beneficiará uma casta de cerca de 1.000 servidores.

As linhas de crédito especiais do Banco do Brasil representam um privilégio a mais para os servidores do Senado, que já têm uma das maiores rendas per capita do mundo — acima da dos Estados Unidos — e podem contrair empréstimos "automáticos" com correção calculada pela Taxa Referencial (TR) mais juro real de 2,7% ao mês.

Mas quem não é servidor paga a Taxa Referencial mais juros menores que chegam a 4,1%, o que significa juros reais até 51,8% maiores. Mas a gerência do banco informa que existem juros menores para estes clientes normais, a partir de 3,7%. Mesmo neste caso a pessoa física que não é servidor acaba pagando um juro real 37% maior que

a taxa concedida aos clientes "especiais", os servidores.

Diferenças — Os juros anualizados para não-servidores atingem 61,9% para servidores, o máximo de 37,6%. O banco vai colocar à disposição dos funcionários do Senado US\$ 1,9 milhão este mês (CR\$ 2,7 bilhões). A gerência informa que é suficiente para atender uma faixa de 1.000 funcionários.

O gerente-geral do Banco do Brasil no Senado, Humberto Giovanni Bazzo, justifica a diferença de taxas através da sistemática de empréstimo. Ele afirma que o servidor do Senado tem seu empréstimo feito de forma automática, ou seja, a própria Casa faz a averbação do contrato em folha de pagamento. "O Senado executa parte da tarefa do banco, roda o contrato e encaminha ao BB", afirma Bazzo.

Os prazos de pagamento dos empréstimos chegam a 12 meses, segundo a gerência. Os limites por servidor chegam no máximo a 30% dos vencimentos. Segundo o gerente-geral, o limite de empréstimo por cliente é de 50 salários mínimos.

O Banco do Brasil, segundo o gerente-geral, extinguiu o "custo administrativo" dos empréstimos dos servidores e por isso, afirma, pode utilizar o juro menor.

Jornal de Brasília

Senado